

Dilemas do ensino policial: das heranças às pistas inovadoras

José Vicente Tavares dos Santos¹

Resumo: O objetivo deste texto é analisar o problema da educação policial na sociedade contemporânea, discutindo as várias dimensões da questão: crise institucional, cultura organizacional, corrupção, violência policial e as alternativas mundiais para os dilemas do ofício de policial. Propomos que existem quatro tipos ideais de polícia, ou quatro modelos de polícia, presentes em um campo de conflitos, com disputas pela hegemonia nas organizações de ensino policial: o tipo ideal autoritário; o tipo ideal técnico-profissional; o tipo ideal de polícia comunitária; e o tipo ideal de polícia cidadã. Neste campo social, alguns problemas parecem alimentar a aventura sociológica: a) a organização policial seria exclusivamente uma das tecnologias políticas que foram colocadas em ação, desenvolvidas no quadro da razão de Estado para fazer do indivíduo um elemento disciplinado e para tornar possível o desenvolvimento do Estado e da Sociedade moderna, confundindo a polícia com a reprodução da ordem pública?; b) qual o padrão atual do Ensino Policial?. Diante da progressiva rede de ensino policial internacional, poderíamos reconhecer a construção de uma cidadania mundial, marcada pela criação institucional e pela difusão e comunicação de práticas sociais, jurídicas e simbólicas inovadoras no setor da Segurança Pública e Sociedade.

Palavras-Chave: Educação Policial. Polícias. Segurança Pública.

Abstract: *The objective of this paper is to analyze the problem of police education in contemporary society, discussing the various dimensions of the issue: institutional crisis, organizational culture, corruption, police violence and global alternatives to the dilemmas of police craft. We propose that there are four ideal types of police or four police models, present in a field of conflicts, disputes over hegemony in police education organizations: the authoritarian ideal type, the ideal type technical-professional, the ideal type of community policing, and the ideal type of citizen police. In the social field, some problems seem to feed the sociological adventure: a) the police organization would be purely one of political technologies that were put into action, developed in the framework of reason of state to make the individual a disciplined member and to make development possible State and Modern Society, confusing the police with the reproduction of public order?; b) what is the current standard of Police Education? Given the international police network of progressive education, we recognize the construction of global citizenship, marked by institutional creation and the dissemination and communication of innovative social, legal and symbolic practices in Public Safety and Society sector.*

Keywords: *Police training. Police. Public safety.*

1 Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisador do CNPq.

1 INTRODUÇÃO

Este texto pretende analisar o problema da Educação Policial na sociedade contemporânea, em um contexto de crise institucional, de uma cultura organizacional tradicional, mas também de fabricação de alternativas mundiais para a construção de um outro padrão de ensino nas polícias. Gostaríamos de discutir a construção social do profissional da segurança pública, processo pleno de dificuldades e de possibilidades. Por isso, algumas questões incitam a imaginação sociológica:

- Quais são os padrões pedagógicos vigentes nas academias e escolas de polícia?
- As desigualdades sociais estão conformando a cultura política dominante nas academias de polícia na modernidade tardia?
- As academias de polícia estão preparando policiais para aplicar a lei, respeitando os limites impostos pelo Estado Democrático de Direito, a fim de assegurar os direitos e a dignidade dos cidadãos e cidadãs?
- Estão os alunos recebendo uma Educação ou estão sendo apenas treinados para exercer suas funções técnicas e sociais na sociedade contemporânea?

A questão policial tornou-se mundial, seja pela ineficácia e ineficiência frente ao crescimento dos fenômenos de violência difusa – violência política, violência social, violência simbólica, violência de gênero, violência ecológica – seja pelos novos traços da criminalidade violenta na “modernidade tardia”. Essas crises representam as dificuldades do ofício de polícia, frequentemente reduzido à sua dimensão de controle social repressivo, com o apelo sistemático ao uso da violência ilegal e ilegítima, e produzindo graves violações de direitos humanos.

Desde a década de 1990, desenvolveu-se em uma escala global a discussão das novas questões sociais mundiais, definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como meta prioritária. A configuração da questão policial como uma das novas questões sociais mundiais pode ser observada pelo registro da realização de mais de cinquenta reuniões internacionais sobre o tema, em vários continentes, desde a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, passando pelos fóruns sociais mundiais, a partir de 2001, até a I Conferência Brasileira de Segurança Pública, em julho de 2009, e o Fórum Social Mundial de 2010, em Porto Alegre.

Nessas reuniões internacionais, foram discutidas as transformações na sociedade contemporânea, as novas formas do crime, a expansão da violência difusa, as violências contra grupos em vulnerabilidade, a violência homofóbica, a violência

contra as crianças e os idosos e a violência de gênero. Foram analisadas, ainda, as várias formas de vitimização, e de sobrevivitização dos pobres, dos indígenas, dos negros, dos pardos e das minorias étnicas.

Discutiu-se, ainda, a potenciação da sociedade civil, o envolvimento das coletividades locais e a construção ou o relembrar – pois já estava em Hobbes, e nos autores contratualistas dos séculos XVII e XVIII – da segurança como um direito constitutivo. A segurança não é algo adicional, não é um muro que separa os ricos dos pobres, os brancos dos negros, os negros dos indígenas, os homens das mulheres ou aqueles com as várias orientações sexuais. Em suma, a segurança como um direito fundamental da modernidade.

A profissão de policial é muito importante, simboliza a unidade da questão nacional, e desde o século XVIII, tem a função de garantir o Estado-Nação. Deve garantir a ordem social, no sentido do ordenamento da convivência entre homens e mulheres, de todas as classes e categorias sociais. Para tanto, os profissionais deste corpo especializado adquiriram o exercício do monopólio da coerção física, legal e legítima. Emerge, então, o paradoxo: este setor do aparelho de Estado, até muito recentemente, tem sido pouco valorizado, principalmente na política latino-americana.

Configura-se o problema da profissionalização da polícia, de garantir a melhoria das condições de trabalho, de salários e de melhorar a formação do policial, para transformá-lo em um profissional competente, que exerce um serviço público compatível com as exigências e as demandas da sociedade complexa.

Há um mal-estar na vida dos policiais brasileiros. Na História recente, o ciclo de greves que houve em diversas polícias no país – em 1997, 1999, 2000, 2001, 2004 e que perdura, ocasionalmente, até nossos dias – representa um sentimento de injustiça vivenciado pelos profissionais. Por um lado, foram expressivas a recorrência e a dramaticidade dos acontecimentos. Houve tiroteios entre policiais em Belo Horizonte, Alagoas e Ceará. Alguns comandantes foram baleados nas ruas, houve ocupações de quartéis por policiais e suas famílias e na Bahia os líderes das greves foram enviados para o manicômio judiciário. Por outro, a persistência dos problemas – desde os baixos salários até as péssimas condições de trabalho, dos regulamentos autoritários e militarizados até a escassez de meios de trabalho – acentua esta identidade inconclusa. Ao que parece, as greves tiveram como efeito revelar à sociedade as dificuldades vivenciadas por seus guardiões, mas estimulou o associativismo, levando os policiais à arena política. Tal processo contribuiu para levar a questão da crise da Segurança à agenda pública.

2 CRÍTICA DA VIOLÊNCIA E DO AUTORITARISMO

Desde a década de 1990, a violência, nas cidades e nos campos, passa a constar da agenda pública da sociedade brasileira² e o controle social “parece ter esgotado suas funções no interior de modelos tradicionais”, indicando um deslocamento para “a reflexão sobre as formas de interação e sociabilidade em emergência, quer entre as classes populares quer entre as demais classes sociais, bem como as modalidades de socialização” (ADORNO, 1999, p. 100-101).

Partimos da identificação da presença da violência, exercida ou vivida, no ofício de policial, ao lado das funções de uso legal da coerção física e de agentes da integração social, a fim de salientar as possibilidades de um trabalho policial sem risco de vida para o agente público e sem colocar vidas em risco entre a população. A partir das denúncias de graves violações de direitos humanos por parte de membros das polícias civis e militares, uma das dificuldades é como garantir o respeito aos direitos humanos em todos os momentos da atividade policial (MINGARDI, 1992; KANT DE LIMA, 1999, p. 23-38; LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003; ZAVERUCHA, 2003). Ocorre uma virtual impossibilidade do ofício de policial, seja pelas dificuldades em garantir a ordem pública, por ela estar internacionalizada e privatizada, seja pelas limitações em contribuir à construção do consenso, pois as bases da comunidade não mais existem em sociedades complexas.

A violência exercida por membros das polícias civis e militares tem como origem uma cultura do ofício de policial marcado pela cultura da dominação masculina, pelo machismo, a cultura de “homem de fronteira” e do policial-herói. No processo de socialização do policial, no caso de várias academias da Polícia Militar, ao lado do currículo oficial, vigora um currículo oculto que apequena o valor da educação formal e sobrevaloriza a experiência profissional (ALBUQUERQUE, 1999; ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001, p. 214-236). Por um lado, esta cultura se forma a partir de uma discriminação e uma estigmatização do homem rural, definido como rústico, “grosso”, “primitivo” e violento. Nas áreas urbanas, as representações sociais desta cultura da violência se fundam em uma imagem do “criminoso virtual”: o homem pobre, jovem, negro e favelado, em qualquer circunstância, será o suspeito, o abordado, o alvo preferencial.

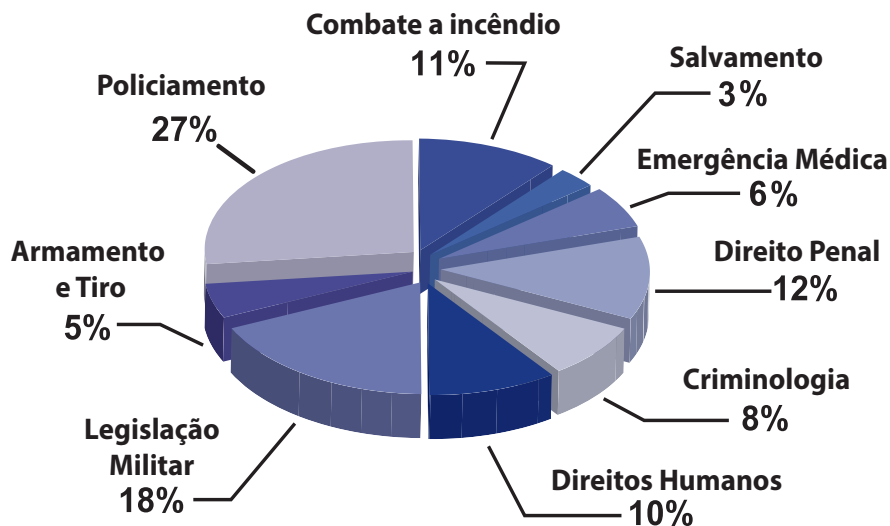
3 AS ACADEMIAS DA POLÍCIA MILITAR

Uma pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) obteve, em 2005, informações a respeito de 24 academias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, distribuídas por 17 estados. No ano seguinte, foram obtidas informações a respeito de 20 academias

² Sobre isso ver, por exemplo: BARREIRA; ADORNO, 2010; ZALUAR, 1999; 2004; VELHO; ALVITO, 1996; VELHO, 1996; GRZYNSZPAN (Org.), 1999; TAVARES-DOS-SANTOS, 2006.

distribuídas por 14 estados (BRASIL, 2008). Em termos de instalações, cerca de 10 academias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar responderam sobre as condições de laboratórios de informática: este conjunto reúne 19 laboratórios de informática com capacidade total para 273 profissionais. Ou seja, temos em média dois laboratórios por academia com capacidade de 14 pessoas por laboratório; destas 10 academias, quatro informaram que os laboratórios precisam de reformas e apenas uma academia informou que as condições do laboratório estão muito boas. Em termos de acesso à internet, o número de academias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar integradas a redes de informática diminuiu de 2005 para 2006, passando de 83% para 70%. Também o número de academias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar com acesso à TV a cabo diminuiu de 2005 para 2006, passando de 29% para 20%. No que se refere a bibliotecas, o número de academias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar com biblioteca era de 18 em 2006. Avaliando a quantidade de livros existentes nos acervos das bibliotecas, segundo áreas de interesse, verificamos que o número de livros por biblioteca diminuiu, de 2005 para 2006, passando de 4.926 para 4.083. O total do acervo era de 73.497, em 2006, dos quais 60.232 foram classificados como “outras áreas”. Os restantes 13.265 livros foram assim distribuídos:

Gráfico 1
Percentual das áreas de conhecimento dos livros das bibliotecas das academias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, 2006



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação – Pesquisa Perfil das Organizações de Segurança Pública, 2006.

Reordenando tais temas, podemos afirmar que as três grandes áreas são: Ciências Jurídicas (6.387), Tecnologias Policiais (4.255) e Emergências (2.623).

As informações sobre o corpo profissional existente nas academias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, segundo o grau de instrução, indicam, em 2006, em um universo de 2.266 profissionais, que 22% concluíram o Ensino Superior e fizeram cursos de Pós-Graduação.

Tabela 1
Distribuição do efetivo das academias da Polícia Militar e do Corpo de bombeiros Militar, segundo o grau de instrução, em 2005 e 2006

Grau de Instrução	Efetivo por Grau de Instrução			
	2005		2006	
	N.Abs.	(%)	N.Abs.	(%)
Ensino Fundamental	206	9,99	185	8,16
Ensino Médio Incompleto	77	3,73	80	3,53
Ensino Médio Completo	992	48,09	1239	54,68
Ensino Superior Incompleto	222	10,76	277	12,22
Ensino Superior Completo	446	21,62	388	17,12
Pós-Graduação	120	5,82	97	4,28
Total	2063	100	2266	100

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação – Pesquisa Perfil das Organizações de Segurança Pública, 2006.

A promoção de cursos integrados com outras instituições de segurança pública passou a ser feito em 75% das academias. As instituições com as quais é mais frequente esse tipo de integração são a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, as universidades públicas (15 academias em 2006) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Menos registradas são articulações com organizações da sociedade civil e da defesa civil nacional.

As modalidades atuais de formação policial ressentem-se de problemas estruturais das organizações policiais brasileiras, em especial, da fragmentação dos serviços operacionais, da supervalorização da cultura jurídica, da orientação pelo direito positivo, de uma metodologia baseada na enumeração desproporcional de conteúdos, com uma metodologia de avaliação basicamente memorialista (SÁ, 2002; BALIEIRO, 2003). A fragmentação dos serviços expressa uma disputa de competências entre as polícias – Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, guardas municipais –, bem como os problemas relativos à regulação das empresas privadas de segurança.

Tal dispersão reflete-se na formação policial, pois agora existe uma duplicação de instituições de ensino policial – quase todos os estados brasileiros têm duas escolas: as academias da Polícia Militar e as escolas de polícia da

Polícia Civil – e inexistem centros de formação sistemática. Este é o caso da descentralização pela via da “municipalização” de algumas funções policiais, pois a maioria das guardas municipais (com exceção de grandes cidades) não têm centros de formação sistemática.

A transição do regime militar para o atual regime civil implicou um conjunto de confrontos sociais e políticos em torno do destino das instituições públicas e de seus papéis construídos em um almejado processo de democratização. A ideia de democracia passou a atuar como importante catalisador das lutas sociais pelo poder na sociedade brasileira. Nesse contexto de luta, houve intenso debate entre diversos setores da sociedade sobre os lugares que deveriam ocupar a Justiça e os organismos responsáveis pela segurança pública na reconstrução do Estado democrático.

As organizações policiais vieram a expressar a crise da profissionalização da polícia: as condições de trabalho; a formação do policial; o exercício de um serviço público compatível com as demandas de uma sociedade complexa que apresenta problemas de lei e ordem também complexos. As dimensões deste problema são múltiplas.

Em primeiro lugar, as dualidades das carreiras: na seleção e na formação do profissional policial, tanto militar quanto civil, a carreira será dupla, uma carreira para praças e outra para oficiais; uma carreira para escrivães e investigadores, outra para delegados. Em segundo lugar, no processo de socialização do policial, no caso de várias academias da Polícia Militar, ao lado do currículo oficial, vigora um currículo oculto (NUMMER, 2004; ARAUJO FILHO, 2003). Em terceiro lugar, observa-se a ausência de conteúdos referentes a sistemas de informação – desde a informatização dos boletins de ocorrência, em redes *on line*, até o georreferenciamento das ocorrências, importante para o policiamento ostensivo, porque ele permite planejar o posicionamento de patrulhas e de policiais na rua, e para a investigação.

A questão da formação da polícia ostensiva funda-se em uma dificuldade de redução da criminalidade e da violência. No entanto, ainda não houve a ruptura com o modelo de formação policial orientado pela perspectiva da formação do Exército, baseada na doutrina da segurança nacional, segundo a qual a polícia deveria ter como função a defesa do Estado. Por conseguinte, as tentativas de mudança no sistema de ensino da polícia no Brasil ocorreram em um contexto institucional fragmentado, no qual coexistem práticas pedagógicas arcaicas com propostas curriculares democráticas e críticas.

Ou seja, as instituições de ensino policial no Brasil apresentam um quadro de carência e necessidades, resquícios de uma herança militarista e jurisdicista do passado e uma segmentação corporativa. As academias da Polícia Militar mantêm traços de uma cultura organizacional militarizada, com a exaltação da disciplina, da hierarquia militar e de formação em operações de índole militar, aliadas a um arcaísmo pedagógico, com poucas exceções (CASTRO, 1990; FERNANDES, 1974).

A formação profissional do policial militar é marcada por ritos de passagem, onde se deve romper com a identidade civil e assumir uma nova existência. Busca-se a normalização, por meio da relação de docilidade-utilidade, mediante o exercício constante de um poder disciplinar.

Evidenciou-se que há clareza quanto às situações de risco psicológico nas quais podem se envolver os policiais no dia a dia, daí a necessidade de se desenvolver a formação permanente. Ainda assim, a questão da saúde mental dos policiais é um serviço ainda quase inexistente tanto nas academias quanto ao longo de seu trabalho.

A perspectiva seria a formação de um profissional de segurança pública para o qual o exercício da coerção legal passa a ser orientada pelos princípios do Estado de Direito (BALESTRERI, 2003). Houve mudanças nos cursos de formação de policiais militares, pois iniciou a exigência do Ensino Médio para a entrada, e atualmente algumas polícias começam a prever a necessidade do Ensino Superior para entrar nos níveis iniciais da carreira.

Evidenciou-se a importância do relacionamento com as universidades e a necessidade de superar estigmas recíprocos. Por conseguinte, as tentativas de mudança no sistema de ensino da polícia evidenciaram um ensino fragmentado no qual as propostas curriculares, democráticas e críticas, coexistem com práticas pedagógicas arcaicas e a continuidade do modo tradicional de ensino policial.

Há experiências de inovação curricular, de processos de ensino-aprendizagem, de metodologias didáticas e de integração institucional. A década de 1990 foi pródiga em experiências de ensino policial inovadoras, no interior das instituições policiais de ensino e nos convênios realizados com universidades, em vários Estados brasileiros, indicando uma discussão sobre currículos, conteúdos e concepções do ofício de policial.

No Rio Grande do Sul, foi aprovada uma nova lei, em 1997, para a Brigada Militar, segundo a qual as pessoas entram para as academias de curso superior e lá permanecem por dois anos (RUDNICKI, 2007). Em Minas Gerais, foi aprovada lei nos mesmos termos em 2010. Seria uma nova tendência?

4 AS ESCOLAS DA POLÍCIA CIVIL

No caso das escolas de Polícia Civil, a formação dos policiais é orientada pelo direito positivo e formalista, restando pouco espaço para disciplinas propriamente referentes ao exercício do ofício de polícia, tais como investigação criminal, mediação de conflitos, gestão do desempenho policial e análise de informações criminais.

O formalismo jurídico e criminológico presente nos currículos da maioria das instituições de ensino policial brasileiras confirma a análise crítica do Direito formulada por Sousa Santos:

A gestão científica da sociedade teve de ser protegida contra eventuais oposições através da integração normativa e da força coerciva fornecida pelo direito. Por outras palavras, a despolitização científica da vida social foi conseguida através da despolitização jurídica do conflito social e da revolta social (SOUSA SANTOS, 2000, p. 52).

A concepção penalista entende as questões da segurança pública por meio da lógica jurídico-penal, na qual a repressão por meio da aplicação da lei se apresenta como a solução para a criminalidade. O paradigma penalista é observado, sobretudo, na grande carga horária destinada ao estudo de disciplinas jurídicas na formação dos policiais. Poucas horas são dedicadas à investigação criminal ou à construção, ao monitoramento e à análise de sistemas de informação. Em contrapartida, a incorporação das Ciências Humanas começa a ocorrer em vários cursos de formação de policiais.

Também fazem parte desta cultura que orienta a formação prática dos policiais, inserida em um currículo oculto das academias de polícia, os efeitos dos meios de comunicação de massa que provocam a transformação dos atos de violência extraordinária em violência ordinária, com a exaltação do policial repressivo ou do policial-herói, o que despreza toda a relevância social do ofício de policial e, principalmente, as funções de prevenção da criminalidade, de investigação policial de ocorrências e de responsabilidade social dos policiais.

Estamos frente a uma mensagem dos meios de comunicação de massa que, sob a aparência de condenar a violência, vem transformá-la em norma social, indicando um modo de dominação no qual as relações de poder seriam caracterizadas pelo excesso de poder, naturalizando a anomia ou legitimando as práticas sociais e de membros das polícias civis e militares, orientadas pela violência.

5 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES

Os convênios entre universidades e instituições de ensino policial têm sido marcados por uma busca de atualização dos princípios democráticos, por uma melhor qualificação profissional dos altos dirigentes das polícias, sobretudo, em termos de gestão e de sistema de informação, e pela busca de uma educação orientada pelo saber da complexidade a fim de explicar as transformações sociais, políticas e culturais em curso na contemporaneidade. Observamos tais iniciativas no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França.

As instituições têm culturas que temos que respeitar. Porém, a democratização interna das instituições é um dos requisitos do mundo atual. Isto implica discutir valores: há uma crise de um modelo autoritário e repressivo de polícia, de Budapeste a Nova Iorque, de Paris a Porto Alegre. Este modelo de uma polícia violenta a serviço das elites, no qual figura o mando autoritário dos dirigentes, desqualificando a organização, está em crise (ROLIM, 2006).

Desenvolve-se, desde a década de 1990, um intercâmbio entre universidades e organizações de segurança pública a fim de visualizar novos rumos para os modelos de polícia. Esta nova realidade aproximou os órgãos de segurança pública dos estados e as universidades. A incorporação da disciplina de Direitos Humanos teve como efeito uma nova percepção do tema dos direitos fundamentais. A perspectiva reside na formação de um policial, de um profissional de segurança pública: o exercício da coerção legal passa a ser orientada pelos princípios do Estado Democrático de Direito. Houve mudanças também nos cursos de formação de policiais militares, pois iniciou a exigência do Ensino Médio para a entrada, o que provocou alterações nos cursos para jovens policiais. Neste contexto, o aprendizado de técnicas que respeitem a dignidade humana passa a ter um papel central na definição do ofício de polícia.

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) da Senasp/MJ, organizada em 2004, consiste em um programa de fomento de cursos de especialização em Segurança Pública para difundir entre os profissionais de segurança pública “o conhecimento e a capacidade crítica, necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, compromissado com a cidadania, os Direitos Humanos e a construção da paz social e articulado com os avanços científicos e o saber acumulado”³, cujos objetivos são:

- articular o conhecimento prático dos policiais, adquiridos no seu dia a dia profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico;
- difundir e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da modernidade, da inteligência, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas;
- incentivar a elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas em Segurança Pública que contribuam para o processo de institucionalização do SUSP⁴.

No ano de 2010, funcionavam 85 cursos de Especialização em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, em 63 instituições de Ensino Superior, tendo como alunos profissionais da segurança pública e do público em geral. Há alguns conteúdos obrigatórios (dentro das 360 horas/aula regulares): Sociologia da Violência, Direitos Humanos, Violência contra a Mulher e a Criança, Análise da Violência Homofóbica e Administração Pública. Os conteúdos restantes são organizados pelas universidades, porém há uma ênfase em Ciências Sociais e na mediação de conflitos.

³ Disponível em <http://portal.mj.gov.br>

⁴ Disponível em <http://portal.mj.gov.br>

Este programa aproximou os setores de segurança pública dos estados e as universidades no Brasil: de um lado, a tradicional formação técnica e operacional e o estudo das leis; do outro, incorpora a enraizada formação acadêmica, com a compreensão científica dos fenômenos sociais, históricos, econômicos e culturais. Assim, construiu-se um processo de diálogo entre universidades e órgãos de segurança pública, configurando um debate sobre novos rumos aos modelos de policial, orientados no sentido de democratização das relações sociais.

6 A CONSTRUÇÃO DO OFÍCIO DE POLICIAL

Diversos agentes sociais expressaram, em muitos países, uma crítica à cultura policial e aos modos de comportamento autoritários das polícias. Assiste-se a uma crise mundial das polícias: houve reformas, no Norte – Estados Unidos, Canadá, Europa – e no Sul – África do Sul, Índia, e de modo parcial em países da América Latina (no Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Colômbia e México). Muitos países realizaram reformas nas academias e escolas de Polícia, principalmente para contrabalançar a insatisfação pública com o modo de policiamento e com a ineficiência e ineficácia das instituições de segurança pública. Os policiais iniciam sua socialização profissional nas escolas de polícia, porém há grande evidência de que ao lado do currículo oficial, há uma cultura profissional que reduz a importância da educação formal e sobrevaloriza a experiência “na rua”. Neste processo, emergiu a necessidade de pensarmos a questão das tecnologias policiais.

Desenvolve-se um curso em Brasília, oferecido pela ONU, sobre o uso de técnicas policiais com respeito à dignidade humana, desde os anos de 1990 (CORDEIRO; SILVA, 2003). Tanto a dignidade do policial quanto daquele que eventualmente ele tem que deter ou conter. Isto faz com que seja necessária a formação deste policial no uso adequado da arma de fogo. Por exemplo, na Escola de Polícia da Catalunha, na Espanha, há professores que são campeões de tiro olímpico, e a cada aula se aprende a usar arma de fogo, explicitando o que isso significa. Assim como, a cada projétil que é deflagrado, é necessário um relatório. A arma de fogo é um dos instrumentos que o trabalho policial usa no dia a dia; outro é o colete à prova de balas, que protege o policial; outro é o uso do rádio, da viatura; e as técnicas de abordagem. Tais tecnologias não estão separadas de uma concepção teórica de um modelo de polícia: no trabalho cotidiano do policial, a técnica é subordinada ao modelo teórico.

Uma organização necessita que o trabalho de cada um seja reconhecido, seja em termos salariais, ou em termos do prestígio, reconhecendo-se que qualquer trabalho é um trabalho digno, mediante o qual a pessoa constrói sua dignidade humana. O reconhecimento do valor da pessoa garante uma instituição democrática, eficiente e eficaz, orientada pela corresponsabilidade.

Por conseguinte, começa a haver a delimitação de uma identidade profissional de policial, um profissional com múltiplas aptidões, flexibilidade, capaz de tomar decisões em uma situação de emergência, ou seja, de exercer a discricionariedade com inteligência e sensibilidade à situação social. A formação deve ser um aprendizado das novas tecnologias de comunicação e de informação, com a valorização do profissional dentro das próprias instituições.

Tem início a trajetória de um policial voltado para a segurança do cidadão: uma Polícia Cidadã orientada para a mediação de conflitos, para a prevenção e a erradicação das formas de violência social (GROSSI-PORTO, 2010). Emerge a busca por uma especificidade da formação do policial, entre as matérias de ciências sociais e ciências sociais aplicadas, como o Direito, e as matérias técnicas da profissão de polícia. Delineia-se a aplicabilidade da presença do Direito nas academias, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. Em contrapartida, a incorporação das Ciências Humanas exige uma formação de professores de ciências humanas que compreendam o trabalho das polícias.

Há um modelo de orientação da conduta, o técnico-profissional, ou seja, a ideia de que as polícias deveriam somente “combater o crime”, que está em crise. Isto não quer dizer que não seja necessário o profissionalismo, corpos especializados, técnicas policiais suficientemente apreendidas e exercidas, com técnica para resolver uma situação de crise. Mas por outro lado estas unidades especiais, altamente especializadas, não bastam para o conjunto das ocorrências que a polícia ostensiva precisa atender, em sua grande maioria casos de conflitos não necessariamente criminais.

Logo, um policial precisa ter uma formação de mediação de conflitos. Por um lado, porque há processos muito delicados, como o caso do sequestro, onde o negociador é uma figura central, é um profissional especializadíssimo que faz a negociação. Torna-se preciso qualificar este profissional com conteúdos de Antropologia, Sociologia e Psicologia Social, para que ele possa ser um mediador de conflito e realizar eficazmente seu trabalho policial.

Verificamos a existência de malhas informais de integração entre as organizações policiais, seja entre pares, seja entre desiguais na hierarquia, o que revela um processo de mudança possível na conformação das instituições de ensino policial e nos formatos dos programas de formação em diversos níveis funcionais. O termo “integração” supõe entes diferenciados, que não perdem suas próprias características ao passarem a atuar solidariamente, pois a intenção é propor processos de construção, nos quais os saberes pessoais e institucionais são respeitados, agregados e potencializados.

Um sistema de segurança pública democrático passa, antes de tudo, por qualificação humana e capacitação técnica dos operadores diretos do sistema, os policiais civis e militares e os bombeiros militares. Não há qualificação e capacitação sem educação; não há educação que possa depender exclusivamente de elementos adquiridos antes e fora das instituições.

7 LINHAS DE MUDANÇA NO ENSINO POLICIAL

Perceber linhas de mudança significa observar o avanço tecnológico na sistematização dos dispositivos de segurança e, ao mesmo tempo, a efetivação de uma política pública baseada nas pessoas, ou seja, no investimento na contratação de mais policiais, na formação em Direitos Humanos, na qualificação em métodos científicos e na inteligência policial, com dispositivos de participação da sociedade, como os conselhos de Segurança. Observa-se um processo de transição para a educação e a construção de uma nova profissão de policial, com toda a complexidade, responsabilidade e dignidade que esta profissão requer.

Neste tema, as questões principais são: a formação dos policiais, dos modelos de polícias em discussão e da relevância dos sistemas de informação policial. Há necessidade de construirmos um novo saber, elucidando as questões complexas acerca da segurança e das polícias, em um intenso e profícuo diálogo entre profissionais da segurança pública e cientistas sociais sobre o controle social, mediante uma abordagem multidisciplinar, o qual somente poderá contribuir para a construção de uma democracia socialmente justa, respeitosa da dignidade humana e garantidora de uma segurança cidadã.

A experiência internacional, desde os anos de 1990, evoca orientações diversas: o desenvolvimento da Polícia Comunitária, desde o Departamento de Polícia de Chicago, aliado ao modelo orientado à solução de problemas (GOLDSTEIN, 2003); ou a “polícia de proximidade”, na França; o modelo de gerenciamento policial de Nova Iorque chamado de “tolerância zero”, com o lema “Courtesy, professionalism, respect”, configurando o “profissionalismo” como categoria organizadora das polícias em sociedades democráticas. Ainda mais, verifica-se a categoria “diversity”, ou seja, o respeito à diversidade e à diferença, seja em Boston, USA, em Hamburgo, na Alemanha, ou na International Academy Bramshill, no Reino Unido. A diversidade significa:

As diferenças podem incidir sobre raça, sexo, habilidades ou qualidades físicas, orientação sexual, idade, religião ou crença. O tema central é aceitar, respeitar e valorizar essas diferenças e permitir que pessoas de todas as raças e origens possam participar na formação em igualdade de condições (International Academy Bramshill).⁵

Além do Brasil, em alguns países, há convênios dos órgãos de segurança pública com universidades: na Argentina, na Província de Buenos Aires (Universidad de Lannus) e na Província de Córdoba (Universidad de Villa Maria) para cursos de graduação; nos Estados Unidos, com dezenas de cursos de graduação e de pós-graduação em Criminologia, Justiça Criminal e Estudos Policiais. Algumas polícias municipais auxiliam no pagamento das taxas (New York, com a Columbia University, John Jay College of Criminal Justice – CUNY, University of Albany e St. John’s University; Chicago, com a Northwestern University). Na França, a Escola Nacional

⁵ Disponível em <http://www.college.police.uk/en/16278.htm>.

de Polícia tem um convênio com a Universidade de Lyon para um Mestrado. Na Irlanda do Norte, há um acordo entre o Police College do Police Service of Northern Ireland e a University of Ulster para oferecer aos novos policiais certificates in Police Studies, desde 2002, em Belfast.

Pode-se afirmar que as instituições de ensino policial estão vivenciando um processo de mudança, ainda que não linear nem determinista, cujos resultados parecem ambivalentes. Por vezes, assistimos à reprodução da cultura militarista e jurídicista, às vezes, por uma mudança de comando. Em outros lados, há indícios de mudanças importantes na formação policial.

8 A TENSÃO CONCEITUAL: TREINAMENTO OU EDUCAÇÃO?

A investigação empírica nos levou à seguinte interpretação: no campo da “sociologia dos estudos policiais”, existe uma tensão teórica entre os conceitos de “treinamento” dos policiais e o conceito de “educação policial”. Refere-se à educação dos profissionais de segurança, pois estamos em face de um saber teórico-prático que precisa orientar-se pelo processo educativo, o qual se fundamenta em profissionais educados, e não apenas treinados, formados ou, *in absurdum*, adestrados.

Pode-se estabelecer uma distinção entre “treinamento policial” e “educação policial”, distinção que salienta as relações entre a educação policial e a pesquisa sobre o policial. O objetivo do treinamento é claro.

O objetivo do treinamento é ensinar um método específico de desempenhar uma tarefa ou de responder a uma dada situação. O conteúdo ensinado é usualmente com uma delimitada abrangência. Treinamento é focado em como levar a cabo uma tarefa em uma situação particular, orientado a objetivos precisos (HABERFELD, 2002, p. 33).

Pagon (1996, p. 45) também define o treinamento nos mesmos moldes: “[t]reinamento policial é um processo de aquisição de conhecimentos particulares ou habilidades necessárias ao trabalho policial, em períodos delimitados”. Segundo a International Academy Bramshill, do Reino Unido, treinamento significa: “[u]m processo planejado para modificar o comportamento de atitudes, conhecimentos ou habilidades através de experiência para alcançar um desempenho eficaz em uma actividade ou o conjunto de actividades de aprendizagem” (International Academy Bramshill)⁶. Complementa Frigotto (2010): “[a] noção de treinamento se relaciona a uma perspectiva de ser humano unidimensional”⁷. E o ex-diretor da New York Police Academy acentua: “[t]reinamento, por definição, é ensinar uma matéria em nível da percepção. Treinamento é frequentemente associado com instrução prática, repetição, e preparação para uma habilidade” (O’KEEFE, 2004, p. 48).

⁶ Disponível em: <http://www.college.police.uk/en/16278.htm>.

⁷ Comunicação pessoal ao autor, bem como as que seguem, outubro de 2010.

Por consequência, há uma distinção entre treinamento e educação, afirma Haberfeld (2002, p. 32):

O objetivo do treinamento é ensinar um método específico de execução de uma tarefa ou responder a uma determinada situação. O assunto ensinado é geralmente estreito no escopo. Educação envolve a aprendizagem de conceitos gerais, termos, políticas, práticas e teorias.

Ou seja, a “Educação, por outro lado, situa-se mais no nível conceitual e é tradicionalmente associada com a preparação para uma profissão” (O’KEEFE, 2004, p. 48).

A educação policial é assim definida por Pagon (1996, p. 60): “[d]efinimos educação policial como um processo de transmissão de conhecimentos gerais ou específicos relacionados com a Polícia o qual conduz à obtenção de um grau. Tipicamente, os programas educacionais de polícia duram vários anos”. Na mesma linha, a Academia inglesa define a educação policial: “[a]tividades destinadas a desenvolver o conhecimento, habilidades, valores morais e a compreensão necessária em todos os aspectos da vida, em vez de um conhecimento e habilidades relativas a somente um campo limitado de atividade” (International Academy Bramshill)⁸.

Evocando Paulo Freire, escreve Frigotto (2010):

[o] centro da compreensão de educação por Freire é de que ela não é adestramento, mas sim um processo de formação mediante o qual as pessoas se tornam capazes de ler a realidade, ler o mundo. Trata-se de formar sujeitos que construam sua autonomia e em relação com outros sujeitos atuem conscientemente na sociedade.

Por consequência,

[a] Educação tem que levar em conta o desenvolvimento de todas essas dimensões. A educação é um direito social e subjetivo. No âmbito do conhecimento, é permitir que cada educando aproprie-se dos conceitos básicos que permitem compreender como funciona o mundo das coisas, da natureza e o mundo dos homens, as relações sociais. Pois, o ser humano é um ser de múltiplas dimensões: biológicas, intelectuais, psíquicas, afetivas, culturais, estéticas, sociais, etc. (FRIGOTTO, 2003, p. 156).

Enfim, a compreensão dos processos sociais é fundamental, uma vez que:

[c]riar uma sensibilidade no policial – criando uma imaginação sociológica – não é simplesmente um meio de fornecer informações aos policiais; ao contrário, é um modo de criar uma perspectiva necessária para que eles compreendam amplamente a informação (O’KEEFE, 2004, p. 118).

⁸ Disponível em <http://www.college.police.uk/en/16278.htm>.

9 O CONCEITO DE SEGURANÇA CIDADÃ E A EDUCAÇÃO POLICIAL

O processo de educação policial possibilitará a construção de um saber teórico-prático processual e reflexivo, fundado no princípio da complexidade, o qual reconhece a multidimensionalidade do social, a incorporação do indeterminismo, da incerteza e do risco nas ações coletivas e a ruptura epistemológica no processo de conhecimento das situações sociais.

A formação dos policiais tem-se ressentido, por um lado, da insuficiência do ensino do Direito aplicado ao ofício de policial, porque a formação que muitas vezes delegados e oficiais tem recebido em cursos jurídicos foi orientada pelo Direito Positivo e Dogmático, restrito a técnicas do Direito. Tal orientação tem sido questionada, seja porque as dimensões da mundialização estão colocando em cheque o Direito Positivo muito vinculado ao Estado-Nação, seja porque há um novo tipo de relacionamento entre Estado e sociedade civil. Principalmente na área do Direito Penal e na área do Sistema e Justiça Criminal é um Direito marcado por uma ótica regulatória, ótica que entende a sociedade como um mecanismo de peças que terão de ser ajustadas funcionalmente. Em síntese, é importante que na formação policial haja conteúdos das Ciências Jurídicas – Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direitos Humanos, Justiça Restaurativa –, mas é importante que haja uma incorporação vinculada aos objetivos do serviço policial.

Refletir sobre o Ensino Policial é assumir o conhecimento contemporâneo:

[o] conhecimento, em todas as áreas, é entendido como um processo de construção histórica que se diferencia do conhecimento espontâneo e do senso comum e se explicita mediante categorias e conceitos. Enquanto conhecimento histórico sempre será relativo e aberto e, portanto, passível de ser reconstruído e ampliado. Para ser histórico se constrói ou é apropriado dentro da relação entre a particularidade (espaço e tempo das mediações) e um grau crescente de universalidade (historicamente construída). Esta relação historicamente construída permite superar a homogeneização abstrata que violenta as particularidades (e, portanto, a complexidade e diversidade da realidade dos sujeitos) e a atomização do real em infinitas e desconexas particularidades (FRIGOTTO, 2003, p. 154-156).

A emergência de uma noção de segurança cidadã supõe a construção social de um controle social democrático, não violento e transcultural, retomando o objetivo do policial como ofício de uma governamentalidade não mais apenas do Estado, e do direito de propriedade, mas agora preocupado com as práticas de si, emancipatórias, dos grupos e conjuntos dos cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas. Por esta via, tanto as instituições de socialização – a família, a escola, as associações locais, os meios de comunicação – quanto as organizações de controle social formal – as polícias, o sistema judiciário, as instituições prisionais – podem reconstruir o objetivo de uma sociedade do bem-estar social.

Em vários países do mundo, observamos um processo de mudanças não linear, não determinista e não probabilístico; porém, um processo de mudanças possível, demonstrável por evidências empíricas relevantes na formação policial. Deixaríamos, então, policiais e civis, de ter as vidas em risco, para viver em uma sociedade pacificada capaz de controlar democraticamente os atos de violência que vierem a ocorrer em seu território.

Esta concepção alternativa de Educação Policial, consubstanciada numa polícia com condições dignas de trabalho, voltada aos fundamentos e princípios constitucionais do Estado de Direito, baseado na dignidade da pessoa humana e da construção da cidadania, recoloca o conceito de segurança pública como um direito constitucional de todos os cidadãos. Para isso, é preciso que todos os órgãos estejam sintonizados e sintam-se como integrantes de um mesmo sistema e seus objetivos corporativos voltados para o mesmo fim. Integração firmada nos laços de solidariedade, cooperação, complementaridade e corresponsabilidade (SILVA, 2003; LIMA; PAULA, 2006).

Emergem forças sociais de resistência, novos movimentos sociais, a crítica aos processos sociais de construção da violência simbólica e das “representações sociais da insegurança”, e as concepções de uma Polícia Cidadã orientada para a mediação de conflitos, a prevenção e erradicação das formas de violência social; enfim, a elaboração de outro modelo de trabalho policial. Configuram-se algumas questões básicas: como criar uma alternativa, principalmente quando governos populares assumem o comando do controle social, das forças policiais? Como criar uma alternativa na qual possamos ter um processo civilizador de superação das formas de violência e de criação da cidadania? (SOARES, 2000; PINHEIRO, 2000; TAVARES-DOS-SANTOS, 2009).

Estamos diante da necessidade de uma construção institucional, de indução de projetos, de crítica teórica e de avaliação de experiências, para que se configurem as inúmeras possibilidades de um sistema de educação policial nos moldes da sociedade brasileira contemporânea e segundo os valores do Estado Democrático de Direito. Tais pistas inovadoras requerem a construção social de um ofício de polícia orientado pelo transculturalismo, pelo respeito à equidade e à dignidade humana. De modo geral, estamos em face de um processo de transições nas instituições de ensino policial. No horizonte da mundialização, outro modelo de educar as polícias configura-se possível, o que alimenta as esperanças de uma sociedade segura, livre e pacificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*. São Paulo, Depto. de Sociologia da USP, v. 11, n. 2, p. 129-153, out. 1999.
- ALBUQUERQUE, C. L. de; MACHADO, E. P. Sob o Signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 5, p. 214-236, jan./jun.1, 2001.
- ALBUQUERQUE, Carlos F. Linhares de. *Escola de Bravos: cotidiano e currículo numa Academia de Polícia Militar*. 1999. 220p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- ARAUJO FILHO, Wilson de. Ordem Pública ou ordem unida? *Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública*, n 1. Universidade Federal Fluminense e Instituto de Segurança Pública. Niterói: EDUFF, 2003.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos Humanos: coisa de Polícia*. Passo Fundo: CAPEC, 2003.
- BALIEIRO, Almir. *Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2003.
- BARREIRA, César; ADORNO, Sergio F. Abreu. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. (Orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: ANPOCS/ Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). *Pesquisa do Perfil Organizacional das Academias de Polícia Civil, das Academias de Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar e dos Centros de Formação da Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar no Brasil (2005-2006)*. Brasília: MJ/ Senasp, jan. 2008.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy Santana. *Direitos Humanos: uma perspectiva interdisciplinar e transversal*. Brasília: CICV, 2003.
- FERNANDES, Heloisa. *Política e Segurança*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Inovação/construção do conhecimento. *Interface*, Botucatu, v. 7, n.13, p. 154-156, 2003.

- GOLDSTEIN, Herman. *Policando uma Sociedade Livre*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- GROSSI-PORTO, Maria Stela. *Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais*. Brasília: Francis, 2010.
- GRYNSZPAN, Mário (Org.). *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- HABERFELD, M.R. *Critical Issues in Police Training*. New Jersey: Pearson/Prentice Hall, 2002.
- KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 3, p. 23-38, 1999.
- LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LIMA, Renato S. de; PAULA, Liana de (Orgs.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.
- MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas*. São Paulo: Scritta, 1992.
- MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia*. São Paulo: EDUSP, 2002. (Sociologia da Força Pública).
- NUMMER, Fernanda Valli. *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar*. Niterói: Editora da UFF, 2004.
- O'KEEFE, James. *Protecting the Republic (The Education and Training of American Police Officers – NYPD)*. New Jersey: Pearson, 2004.
- PAGON, Milan (Ed.). *Policing in Central and Eastern Europe*. Ljubljana, Slovenia, College of Police and Security Studies. 1966. Disponível em: <www.ncjrs.org/policing>.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Democracia, Violência e Injustiça*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ROLIM, M. *A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Center of Brazilian Studies, University of Oxford. 2006.
- RUDNICKI, Dani. *A formação social de Oficiais da Polícia Militar: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese. (Doutorado em Sociologia)- UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- SÁ, Leonardo Damasceno de. *Os filhos do Estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Estudo desenvolvido pelo Núcleo de Antropologia Política, UFRJ, Rio de Janeiro.

SILVA, Jorge da. *Segurança Pública e Polícia (Criminologia crítica e aplicada)*. Rio de Janeiro, Forense, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu Casaco de General*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. Conflitos Agrários: lutas e corpos na terra. In: LIMA, Renato S. de; PAULA, Liana de (Orgs.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006. p. 125-137.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. *Violências e Conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo, 2009.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). *A Sociologia para o Século XXI*. Pelotas: EDUCAT, 1999.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFFJ/FGV, 1996.

VELHO, Gilberto. *Mudança, crise e violência*. Rio de Janeiro: UFFJ/FGV, 1996.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, 1999, p. 13-107.

ZAVERUCHA, Jorge. *Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma*. Recife: Editora da UFPE, 2003.